Resenha:

O papel da Memória

Raquel Ribeiro Moreira[1]

O livro "O papel da Memória", publicado no Brasil pela editora Pontes em 1999, com tradução e introdução de José Horta Nunes, compõe-se do conjunto de quatro textos que compuseram uma sessão temática no colóquio *História e Linguística*, realizado na Escola Normal Superior de Paris, em abril de 1983; além do texto de Eni Orlandi, "Maio de 1968: os silêncios da memória", no qual se reflete a relação entre memória e censura no contexto da ditadura militar.

Frutos de uma sessão temática heterogênea, com especialistas da sociolinguística, da história, da semiótica e da análise de discurso, os textos têm a memória como tema aglutinador. Uma memória que é tratada sob diferentes perspectivas, ora como memória social ou coletiva, constituída de implícitos; ora como lembrança, reavivada ou reinterpretada por um acontecimento, ou ainda como memória constituída no entrecruzamento de práticas e esquecimentos/silenciamentos. De acordo com Horta Nunes, na introdução da obra, questões como - o que é produzir memória? Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada, ou é rompida, deslocada, restabelecida? De que modo os acontecimentos – históricos, mediáticos, culturais – são inscritos ou não na memória, como eles são absorvidos por ela ou produzem uma ruptura? - atravessam todos os artigos, possibilitando-nos diferentes reflexões.

Assim, os textos do sociolinguista e analista de discurso Pierre Achard, dos semioticistas Jean Davallon e Jean-Louis Durand são apresentados para, no final, serem entrelaçados no texto de Michel Pêcheux, que situa, então, a discussão no contexto das pesquisas em Análise de discurso. Ele traz para o debate a diferenciação nos modos como questões linguísticas e discursivas aparecem nos estudos sobre memória, discutindo como estes "domínios" se relacionam com as disciplinas de interpretação.

Nessa perspectiva, 'caminharemos' com Pêcheux - mesmo que na contramão da ordenação tanto das falas realizadas no Colóquio, quanto da organização do livro – a partir da sua retomada das exposições dos outros autores e da sua reflexão sobre a análise de discurso.

Com o mesmo título que denomina a obra aqui resenhada, Pêcheux observa em seu texto que a discussão sobre o papel da memória é que permitiu tratar das "condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio de uma memória" (p.49), em todos os textos. Isso porque a memória não foi tratada, e não deve ser compreendida, como "memória individual", como condição meramente cognitiva das funções cerebrais, mas como efeito da discursividade, do simbólico, do mítico e da significação.

Se, contudo, Achard, Davallon e Durand, em seus textos, discutiram a memória sobre um ou outro desses aspectos, Pêcheux afirma que é no entrecruzamento dessas ordens, dessas diferentes memórias, e mais, na tensão contraditória apresentada nos textos de seus colegas, especialmente naquela que questiona a constante presença da inscrição do

1 Docente da disciplina de Produção Textual nos Cursos de Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

acontecimento no espaço da memória, que constituem, para ele, os sentidos desta. Quer dizer, o que aparentemente se apresenta como uma fragilidade, sob a ideia de uma memória cognitiva ou individual, que é a tensão no processo de inscrição do acontecimento na constituição da memória (como poderia ter uma memória *sem* a inscrição rememorável de um acontecimento?) desempenhou um ponto de referência entre todos os textos, apresentando-se sob o que Pêcheux chamou de uma dupla forma-limite:

- o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever;
- e o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.

Tais formas limites se mostram visíveis, por exemplo, quando Pêcheux evoca a relação problemática entre a Linguística e as disciplinas de interpretação, questionando se a primeira pode ou não ser incorporada às segundas. E isso pode ser notado nas discussões feitas pelos demais autores da obra quanto à especificidade da ordem propriamente linguística em relação às ordens do discurso, do icônico, do simbólico ou da simbolização tratadas em seus textos.

Por exemplo, Jean Davallon, em seu texto "A imagem, uma arte de memória?", questiona se com o aparecimento da imprensa, e portanto o desenvolvimento dos meios de registro da imagem e do som, a memória social não se situaria mais na "cabeça" dos sujeitos sociais, uma vez que não teria mais essa necessidade, pois estaria registrada nos arquivos das mídias. Tal perspectiva, chamada pelo autor de tecnicista, aponta outras duas questões: primeira, o que é preciso para que um acontecimento constitua memória? Seu registro, sua descrição, sua representação da realidade? E segunda: como se darão os processos de coesão social, de instituição societal e até mesmo de reprodução (ou ainda de transformação, diríamos) das relações sociais e políticas, que se baseiam sobre a dominância do funcionamento da memória social, a partir desta redução tecnicista?

Para Davallon, a resposta para tais questionamentos se encontra no fato de haver uma distância que separa a reprodução de um acontecimento, sua repetição da realidade, e o *fato de significação* que é a memória. Mas não é somente isso, Davallon afirma que a memória social possui uma dupla dimensão, pois ela seria também *um fato social*, que comporta, justamente por *significar*, uma dimensão semiótica e simbólica. Desse modo, a imagem contemporânea, longe de ser a memória social, funciona como operadora de memória, especialmente porque ela possui uma eficácia simbólica. Assim, quem a observa desenvolve uma atividade de produção de significação. Contudo, tal atividade não se caracteriza como uma apreensão de algo pronto e estável, ela está aberta à interpretação, à deriva, e tem portanto, uma variedade interna. Mas por outro lado, adverte-nos Davallon, a imagem não se constitui como pura liberdade, ela também comporta um "programa de leitura", isto é, assinala/ regula determinados lugares, certos sentidos, possíveis leituras.

Mas mesmo essa espécie de *dispositivo* em que funciona a imagem, não conduziu nenhum dos autores, assinala Pêcheux, a supor que haja universais do icônico. Não há como se pensar, por exemplo, em uma sintaxe do icônico. E o texto de Jean-Louis Durant nos traz mais uma prova disso. Em "Memória Grega", Durant situa sua discussão em torno das práticas de memória da Grécia clássica. Nessa conjuntura, a memória está essencialmente ligada ao reconhecer-se grego e isto se dá a partir da referência a relatos normativamente estabilizados nos mitos, em especial pela epopeia de Homero. Contudo, essa memória épica pode apenas ser retomada indefinidamente, pois ela gira em torno de um texto fechado, contraditório mesmo com os valores sociais praticados nas cidades gregas.

Todavia, nos alerta Durant, existe a necessidade de se produzir um memorial válido para o tempo da cidade e aí se coloca a questão da enunciação. Quem fala e com que

direito? O poeta, aquele autorizado para tal, não está mais presente, então a produção do memorável terá sempre, naquela sociedade, a rivalidade e a nostalgia do épico. E é aí que a imagem entra com uma vantagem fundamental, pois ela representa e ao mesmo tempo produz sentido. Assim, ela pode representar os personagens épicos, memoráveis fundadores, e a eles ligar as novas discursividades, constituindo-se como motor de discursos e reatualizando a memória.

Desse modo, afirma Durant, a imagem poderia atuar onde as margens de manobra são bastante reduzidas, podendo-se praticar uma política de memória um pouco mais flexível, uma vez que as questões de enunciação não se colocariam no interior de um novo conjunto de condições específicas de produção, mas na interface do novo e do antigo.

Pêcheux reconhece em seu texto o fato incontornável da eficácia simbólica ou 'significante' da imagem, mas destaca a parca atenção dispensada à memória discursiva. Segundo o autor, a negociação entre o choque de um acontecimento histórico qualquer e o dispositivo complexo de uma memória poderia apontar uma passagem do *visível ao nomeado*, no qual a imagem, enquanto dispositivo, comportaria um percurso discursivo produzido alhures. Toca-se aqui, de acordo com Pêcheux, no efeito da repetição, que se caracteriza como um dos pontos de encontro da questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização. "A memória discursiva seria aquilo que, diante de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos'" (p.52), ou melhor, os pré-construídos, os discursos-transversos, os elementos citados e relatados e etc. Nesse ponto, Pêcheux retoma Achard e assinala suas discussões a uma questão crucial para a análise de discurso, que é saber onde residem esses implícitos, que "estão ausentes por sua presença".

Pierre Achard, em seu texto intitulado "A memória e a produção discursiva do sentido", procura tratar do estatuto dos implícitos dentro da análise de discurso. Para isso, ele situa a discussão na consideração de que a estruturação do discurso vai constituir a materialidade de uma certa memória social. E esta materialidade não se daria por uma explicitação de implícitos presentes em determinado enunciado, mas justamente pela sua falta, possibilitando a paráfrase. De acordo com Achard, o implícito trabalha sobre a "base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição 'no vazio' de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase."(p.13)

Nesta perspectiva, então, a proposta do autor, no trabalho de regularização dos implícitos a partir da paráfrase, é atentar para o fato de que a memória suposta pelo discurso (implicitamente) é sempre reconstruída na enunciação. Assim, a enunciação para ele não deve ser tomada como advinda do locutor, mas como operações que regulam a retomada e a circulação do discurso.

Desse modo, então, Achard afirma que jamais será possível "localizar" explicitamente esses implícitos, sob uma forma estável e sedimentada, e logo a repetição formaria um efeito de série de sentidos (já ouvi isso antes e em algum lugar), no qual residiriam os implícitos que poderiam sempre ser retomados. Mas Pêcheux assinala que, segundo Achard, essa regularização discursiva, que garantiria uma espécie de legibilidade, é sempre suscetível de ruir perante o acontecimento discursivo novo, perturbando assim a memória. Esta absorveria o acontecimento que, por ser outro e diferente, provocaria interrupção, podendo até mesmo 'desmanchar' a regularização, ao produzir diversas sérias de implícitos. Sobre isso, Pêcheux afirma que o acontecimento desloca e desregula os implícitos

associados a um sistema de regularização anterior, havendo sempre um jogo de forças na memória, sob o choque do acontecimento: - a tensão para manter a regularização pré -existente na estabilização parafrástica; - e a tensão de desregulação, que vem perturbar a rede dos implícitos.

Assim, diferentemente de Achard, Pêcheux afirma que ao mesmo tempo que a repetição tem o efeito material de assegurar o espaço da estabilidade, ela pode caracterizar uma divisão da identidade material de determinada palavra ou enunciado; quer dizer, sob o "mesmo" da materialidade da palavra abre-se outra possibilidade de articulação discursiva: o jogo da metáfora. "Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase." (p.53)

Esta divisão entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a metáfora, é tratada por Pêcheux como efeito de opacidade, e marca justamente o momento em que os implícitos não podem mais ser reconstrutíveis. É por isso, segundo o autor, que o analista de discurso procura distanciar-se cada vez mais do tratamento das evidências da proposição ou da frase, ou das estabilidades parafrásticas, interrogando-se sobre os efeitos materiais dos sentidos, pois retirar-se dos estudos do sentido e da interpretação não são próprios da análise de discurso, justamente por saber que a questão da interpretação é incontornável e retornará sempre.

Destarte, para Pêcheux, a imagem irá encontrar a AD sob um viés diferente: não mais uma imagem legível que, pelo atravessamento de um discurso que a constitui, a torna transparente, mas por aquilo que o autor chama de "imagem opaca e muda", ou seja, uma memória que "perdeu" seu trajeto de leitura, até mesmo porque nunca chegou a tê-lo.

Esta memória, então, segundo Pêcheux, não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e com conteúdos homogêneos, transparentes e cumulativos. A memória, para a AD, é necessariamente um "espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização" (p.56) Contrariamente à esfera plena, então, a memória se desdobra, comportando polêmicas, tensões, réplicas e contra-discursos; e só pode ser assim, pois ela carrega a marca do real histórico.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Trad. Bernardo Leitão [et al]. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1990.

MALDIDIER, Denise. Michel Pêcheux, une tension passionnée entre la langue et l'histoire. In: *Histoire et linguistique.* Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1984.